

Ata nº851 da 3ª Sessão Extraordinária 9ª Legislatura, 1ª Legislativa da Câmara Municipal de Durandé, Estado de Minas Gerais na sua Sede Rua Antenor de Paiva Condé, 28 Bairro Santa Edwiges ao dia 25º de abril de dois mil e vinte e cinco. A presidente Sirlei Guerra Paiva, após cumprimentar seus pares, os que acompanham via rede social, assessoria jurídica e demais presentes, solicita ao secretário Carlos Renato Schuenck que faça a chamada dos Vereadores, constatando haver quórum regimental, constando a ausência do vereador Pedro Bemfica de Souza, e declara aberta a presente sessão. Em seguida, convida o Vereador Carlos Renato Schuenk para fazer a leitura da bíblia. Passa-se ao expediente do dia, com a leitura do projeto de lei autorizativo número 018/2025, que autoriza o município de Durandé a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, SA, BMG, operações de crédito com outorga de garantia e da outras providências, solicitando ao secretário adhoc que faça a leitura do projeto, em seguida convida o Excelentíssimo Senhor Prefeito de Durandé, Sr. Renato Paiva para apresentar o projeto. Renato começa destacando que o município de Durandé enfrenta sérias dificuldades com a falta de maquinário para manutenção de estradas e serviços essenciais. A patrola apresenta defeitos frequentes, uma retroescavadeira está inutilizada e a outra funciona de forma precária. A cidade, segundo ele, “está um lixo”, e essa é uma constatação necessária para justificar a busca por soluções. O projeto em discussão refere-se à autorização legislativa para um financiamento junto ao BDMG, com prazo final de envio até o dia 28 de abril. Esse financiamento, no valor de até R\$ 4,7 milhões, visa a aquisição de equipamentos como patrola, carregadeira, retroescavadeira, caminhão-pipa, caminhão de lixo e outros veículos essenciais. O modelo da lei veio pronto do BDMG, e é uma exigência formal para dar seguimento ao processo. O município só conseguiu avançar após regularizar pendências como certidões do INSS, CAUC, entre outras. O prefeito justificou o empréstimo ressaltando que, em 2023, o município gastou mais de R\$ 2,2 milhões com serviços terceirizados de máquinas. Ele argumenta que adquirir os equipamentos próprios gerará economia a médio e longo prazo. O financiamento tem carência de 6 meses, com juros de 5,5% ao ano mais a taxa Selic (atualmente em 14,25%), e prestações que começam em cerca de R\$ 140 mil e caem gradativamente. Renato também destacou que está buscando paralelamente apoio com deputados federais e estaduais, já tendo feito requerimentos para verbas e equipamentos por meio de emendas parlamentares, o que poderia reduzir a necessidade de financiamento. Por fim, ele reforçou que tudo será feito com transparência e dentro das exigências legais, que os contratos passarão pela Câmara e que qualquer recurso obtido com leilão de equipamentos velhos também poderá ser usado para ajudar no pagamento das prestações. Em sua fala, o vereador Antônio Ramos, destacou que tinha algumas dúvidas quanto ao projeto, as quais foram em grande parte esclarecidas durante a sessão. Ressaltou que sua posição não era de oposição ou apoio automático, mas sim de compromisso com a condução correta dos trâmites. Pontuou que informações essenciais não estavam descritas no texto do projeto, como o prazo de carência de seis meses e os juros aplicáveis ao financiamento, os quais foram apenas esclarecidos verbalmente por Sua Excelência, o Prefeito. Informou que tomou conhecimento do projeto apenas no dia anterior. O vereador mencionou o artigo 168 do Regimento Interno, que dispõe sobre a tramitação de

projetos em regime de urgência. Sugeriu que, caso a Presidência opte pela tramitação urgente, deve-se suspender a reunião para que o projeto seja encaminhado à comissão competente, uma vez que a matéria ainda não havia tramitado formalmente na Casa Legislativa. Ressaltou que, embora tenha havido uma convocação para emissão de parecer, o projeto estava sendo oficialmente protocolado apenas naquele momento, o que impossibilitaria a emissão de parecer imediato conforme os trâmites legais. Renato questiona se o projeto fora apresentado na última reunião ordinária, sugerindo que o havia enviado com antecedência, no que lhe é respondido que o projeto fora recebido da Prefeitura e protocolado pela Secretaria da Câmara na quarta-feira 23 e no mesmo dia, a Presidente convocando a presente sessão extraordinária. O vereador Antônio Ramos prosseguiu ressaltando a importância de se seguir os trâmites legais para a correta condução do projeto. Agradeceu pelas explicações prestadas pelo Prefeito, as quais ajudaram a esclarecer pontos relevantes da proposta em questão. Mencionou que, conforme observação feita pelo vereador Carlos Renato, o valor de R\$ 4.700.000,00 destinado ao município de Durandé é considerado pequeno diante das necessidades da cidade. Reforçou que, antes da explanação do Prefeito, não havia informações no projeto quanto ao período de carência nem à duração total e aos encargos financeiros do empréstimo. Ressaltou que agora, com a previsão de envio da minuta do contrato com o BDMG, a Câmara poderá tomar conhecimento formal das condições do financiamento. O vereador destacou a dificuldade em esclarecer tais pontos à população, afirmando que apenas após os esclarecimentos prestados em plenário é que soube, por exemplo, que os seis primeiros meses seriam de pagamento apenas dos juros, iniciando-se o pagamento do capital posteriormente. Declarou ser favorável ao projeto e reforçou que sua posição sempre foi de transparência e responsabilidade com os recursos públicos. Aproveitou a oportunidade para parabenizar o Prefeito pelo empenho na condução do município, ao mesmo tempo em que cobrou maior clareza sobre a destinação dos recursos. Citou a Lei nº 14.133, que trata das licitações e contratos, mencionando sua exigência de planejamento na contratação de empréstimos, bem como o Decreto-Lei nº 201/1967, que trata das responsabilidades dos gestores públicos. Finalizou reforçando que a Câmara não pode apenas aprovar projetos sem que haja um entendimento claro do seu conteúdo e da forma como os recursos serão aplicados. Citou ainda que o projeto em discussão autoriza a abertura de crédito especial, mas não informa o percentual, o que compromete a transparência do processo. Por fim, observou que a cláusula final do projeto parece ter sido elaborada sem relação direta com o contrato junto ao BDMG, sugerindo um possível equívoco por parte da assessoria responsável pela redação da matéria. O Prefeito Renato Paiva tomou a palavra para responder aos apontamentos feitos pelos vereadores, especialmente ao vereador Antônio Ramos. Iniciou sua fala destacando que, da forma como o projeto foi encaminhado, foi apenas inserido o nome do município na proposta. Ressaltou que o projeto trata da abertura de crédito especial, permitindo ao município captar um recurso que não está previsto originalmente no orçamento anual. Renato explicou que, atualmente, o orçamento contempla aproximadamente R\$ 4 milhões em obras, mas que, na prática, há limitações para execução de despesas por falta de suplementações adequadas. Ressaltou que os vereadores aprovaram um orçamento que, em suas

palavras, classificou como deficiente, afirmando: "esse orçamento, vou falar com você, isso tá uma porcaria". Disse ainda que ajustes precisarão ser feitos e que haverá muito trabalho pela frente na Câmara para corrigir essas falhas. Relatou uma situação concreta enfrentada pelo Executivo: mesmo com dinheiro em conta para pagamento dos terceirizados do transporte escolar, o município não consegue efetuar os pagamentos por falta de autorização orçamentária – não há dotação ou suplementação suficiente para realizar os repasses. Explicou que é necessário fazer remanejamentos internos para viabilizar tais pagamentos, o que compromete o funcionamento da gestão. O Prefeito relatou também que chegou a questionar o contador responsável pela elaboração do orçamento sobre essa deficiência, e que a resposta foi de que houve aumento do limite de gastos, mas sem a devida justificativa. Questionou como, em apenas três meses de execução orçamentária, já não há margem para efetuar pagamentos essenciais como os de transporte. Por fim, reiterou que a situação orçamentária atual compromete a aplicação de recursos e que, caso apenas parte dos investimentos previstos se concretize, o município poderá se ver em uma situação onde há dinheiro em conta, mas sem a possibilidade legal de utilizá-lo, exigindo elaboração de orçamento específico para uso imediato. Encerrando sua fala, o vereador Antônio Ramos dirigiu-se à Senhora Presidente para fazer algumas observações adicionais. Destacou que o município de Durandé, com população superior a 8.000 habitantes, ainda se encontra no degrau 6 de repasse, segundo os critérios utilizados pelo Estado. Afirmou que, caso o município tivesse atingido entre 10.500 e 11.000 habitantes, estaria no degrau 11, o que significaria um acréscimo de aproximadamente R\$ 150.000 mensais nos repasses. Fez uma comparação com o município de São José do Mantimento, que possui apenas 54 km² de extensão territorial, enquanto Durandé possui 254 km² — uma diferença de quase 200 km² — para reforçar a desigualdade no critério de distribuição de recursos. Parabenizou mais uma vez o Prefeito Renato Paiva pelo trabalho realizado à frente do município, reconhecendo as dificuldades herdadas de administrações anteriores, como a ausência de maquinário, caminhões e estrutura básica. No entanto, o vereador reforçou que sua cobrança não é contrária ao projeto em si, mas sim à forma como as informações são apresentadas. Defendeu que tudo seja devidamente registrado por escrito, com clareza e transparência, para que a população compreenda claramente o que está sendo votado e quais serão os investimentos realizados. Por fim, com base no Regimento Interno da Câmara, esclareceu que sua justificativa se deve também à ausência de um dos membros da comissão responsável pela análise do projeto, e reforçou que, como o projeto ainda não havia sido devidamente enviado, ele precisa seguir a tramitação prevista regimentalmente antes de ser votado. O Prefeito Renato Paiva retomou a palavra para reforçar a justificativa de aquisição dos maquinários previstos no projeto em análise. Informou que o município encontra-se devidamente cadastrado no programa com o objetivo de realizar melhorias nos pontos mais críticos das vias públicas por meio da aplicação de agregado e pavimentação. Destacou que, na data anterior à sessão, foi realizada a licitação para aquisição de uma máquina de produção de bloquetes, equipamento este que também fabrica blocos e outros materiais similares, sendo entregue completamente montado pela empresa fornecedora. Acrescentou que a licitação incluiu ainda a aquisição de 1.000 tábuas de

madeira naval, que serão utilizadas na montagem da estrutura. O Prefeito explicou que já está sendo preparado o terreno onde anteriormente seria construída uma creche, para instalar a referida máquina. O objetivo é fabricar os bloquetes que serão utilizados na pavimentação das ruas mais problemáticas do município. Destacou, ainda, a vantagem econômica do investimento, afirmando que deixará de comprar o bloquete por R\$ 3,90 a unidade para produzi-lo por R\$ 1,70 — menos da metade do custo atual. Da mesma forma, apontou que, em vez de continuar locando máquinas por R\$ 380.000,00, a aquisição permitirá que os equipamentos passem a pertencer ao patrimônio da prefeitura, reduzindo o custo para R\$ 170.000,00. O vereador Antônio Ramos parabenizou o Prefeito Renato Paiva pela proposta apresentada, destacando que essa foi uma reivindicação de longa data de sua parte. Informou que desde que ingressou na Câmara Municipal, sempre defendeu a necessidade de Durandé possuir uma fábrica de bloquetes e manilhas, considerando que o município tem condições de produzir esses materiais internamente, em vez de comprá-los de terceiros. E ressaltou a explicação dada pelo Prefeito, que detalhou a diferença de preço entre a produção local e a compra de materiais prontos. Segundo o vereador, com um investimento de R\$ 1 milhão, seria possível pavimentar mais de 10 km de vias, em contraste com o custo para a compra de bloquetes prontos, o que proporcionaria uma economia significativa. Finalizou agradecendo ao Prefeito por atender à sua solicitação e por colocar em prática a ideia que ele vem defendendo desde o mandato anterior. O Prefeito Renato Paiva destacou que o próximo passo será a aquisição de manilhas, após a compra de bloquetes e blocos de meio-fio, com o objetivo de resolver os problemas de pavimentação no município. Ele expressou a expectativa de que, em breve, será possível também iniciar a fabricação de manilhas para reduzir custos e melhorar a infraestrutura local. Agradeceu a todos pelo apoio. A presidente Sirlei informou que colocaria em votação o regime de urgência especial para o encaminhamento imediato do projeto à Comissão de Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento. O regime de urgência foi aprovado, com o único voto contrário do Vereador Flávio André. A presidente Sirlei anunciou a suspensão da reunião por 20 minutos para que a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação pudesse se reunir. O vereador Valdir sugeriu que, devido à importância do projeto e a ausência de um vereador, o projeto fosse colocado em vista e votado na segunda-feira seguinte, caso fosse necessário, para garantir que todos os vereadores tivessem a oportunidade de participar da votação. O Prefeito Renato Paiva explicou que, se a votação fosse adiada para segunda-feira, ele não poderia mais alterar o projeto, mas alertou que não haveria prazo para tramitação, pois a lei autorizativa precisa ser publicada no dia seguinte para envio ao BDMG até segunda. Esclareceu que o envio do projeto ocorreu tão rapidamente porque só naquela semana que foram liberadas as certidões necessárias. Reforçou que não pretende pressionar, mas que a prefeitura está operando “no limite” e precisa da aprovação urgente. O Prefeito Renato Paiva fez um convite aos vereadores para participarem da abertura das festividades em Durandé, que ocorreriam no dia seguinte, parabenizando a cidade pelos 33 anos. Ele reforçou que seu objetivo é sempre fazer o melhor para Durandé e deixou a decisão nas mãos do plenário sobre o andamento do projeto. A Presidente Sirlei propôs que, como já havia sido aprovada a reunião das comissões, as comissões se reunissem para tomar uma decisão.

Ela sugeriu aguardar 20 minutos para que a comissão possa se reunir e deliberar. A vereadora Michelle sugeriu que o pedido de vista fosse concedido para que o projeto seja votado na manhã de segunda-feira, permitindo tempo para estudo, mas sem atrasar o trâmite para evitar o risco de perda do prazo. A presidente Sirlei afirmou que a decisão deve ser resolvida imediatamente, destacando que segunda-feira já é outro dia e que não há prejuízo em votar o projeto ainda na sessão atual. Ela defendeu resolver tudo de uma vez, aproveitando que todos já estavam presentes, e encerrou pedindo que se aguardasse a decisão da comissão antes da votação final. Após o retorno do intervalo, a presidente solicitou que o secretário realizasse a leitura do parecer do projeto. Em seguida, colocou o parecer em discussão e, posteriormente, em votação. O parecer foi aprovado, com registro de voto contrário do vereador André. Logo após, o projeto foi oficialmente aberto para discussão. O vereador iniciou sua fala cumprimentando os presentes e esclarecendo que não é contra o projeto em si, mas que votará contra por princípios. Ele destacou que, desde a emancipação de Durandé em 1992, o município nunca precisou contrair empréstimos, e que as máquinas, mesmo antigas, sempre foram consertadas e utilizadas. Ressaltou também que, mesmo com dificuldades no passado, os serviços essenciais eram mantidos, como o tapa-buracos com tambores de óleo. Flávio André aproveitou para criticar publicamente a postura do prefeito Renato Paiva, afirmando que o mesmo o desrespeitou em uma live e reforçou que, na Câmara, quem manda no seu voto são os eleitores que o elegeram. Ele reiterou que o prefeito deve respeitar seu papel como vereador e que já votou favoravelmente em mais de dez projetos — este sendo apenas o terceiro em que vota contra. O vereador Luciano iniciou cumprimentando a todos e parabenizando o prefeito Renato Paiva pela coragem de buscar o empréstimo proposto, defendendo que o município se encontra defasado e necessitado de melhorias. Ele criticou duramente gestões anteriores, especialmente aquelas que, segundo ele, comandaram Durandé por 16 anos e deixaram o município sucateado, com frota e infraestrutura deterioradas. Luciano afirmou que as administrações anteriores não fizeram empréstimos porque utilizavam maquinário particular de terceiros ligados à prefeitura, promovendo o que classificou como má gestão e favorecimento pessoal. Rebateu especificamente as falas do vereador Flávio André, afirmando que não discorda de seu voto, mas sim de suas declarações. Reforçou que a atual gestão está comprometida com a transparência, prometendo ser o primeiro a denunciar qualquer irregularidade, se houver. Ele concluiu dizendo que o povo de Durandé escolheu a mudança nas últimas eleições por estar cansado da corrupção e da má gestão anterior, e reiterou sua confiança de que os recursos do empréstimo serão bem aplicados. O vereador Antônio Ramos defendeu o parecer favorável dado pela comissão ao projeto de empréstimo. Ele justificou que não se manifestou antes durante a discussão do parecer para evitar confronto, mas ressaltou que adquirir máquinas próprias é uma forma de economia para o município. Segundo ele, assim como proprietários rurais compram seus próprios equipamentos para evitar gastos com aluguel, o município também deve investir em sua frota. Antônio Ramos citou dados apresentados pelo prefeito, destacando que só em 2024 estão previstos R\$ 2,2 milhões em gastos com horas de máquina, enquanto uma patrol custa cerca de R\$ 1,1 milhão e uma carregadeira R\$ 680 mil — valores que justificam o investimento. Finalizou dizendo

que, como membro da comissão (junto ao vereador Luciano), deu parecer favorável por acreditar que a aquisição evitará prejuízos futuros ao município, contribuindo para o desenvolvimento e economia nas estradas. O vereador Luciano destacou a importância da transparência na gestão pública e elogiou o atual prefeito por apresentar de forma clara onde o dinheiro do projeto será aplicado. Ele comparou com gestões anteriores, nas quais, segundo ele, eram feitos pedidos de suplementação orçamentária sem explicar aos vereadores os destinos dos recursos. Luciano afirmou que sempre cobraram essa transparência e que, agora, o prefeito demonstrou compromisso e honestidade ao detalhar os gastos. Finalizou dizendo que política bem feita é baseada em honestidade e transparência. O vereador Valdir explicou que mencionou a possibilidade de pedido de vista por considerar importante a presença de mais um vereador, já que se trata de um projeto muito relevante. Ele reforçou que sua intenção era garantir uma decisão mais segura e ponderada, sugerindo, portanto, a possibilidade de uma sessão extraordinária na segunda-feira de manhã para assegurar a participação de todos. A presidente Sirlei afirmou que não seria mais possível adiar a votação para segunda-feira, como sugerido, porque o projeto já havia passado pelas comissões e a maioria considerou adequada a tramitação. Ressaltou que a comissão se reuniu e deliberou no mesmo dia. Em seguida, colocou o projeto em votação, sendo aprovado com voto contrário do vereador Flávio André. O vereador Carlos Renato questionou se, em caso de ausência de um membro da comissão, haveria suplente para substituição. A presidente Sirlei esclareceu que não existe suplente nas comissões, e que, portanto, as decisões são tomadas pelos membros presentes. Encerrando a sessão, a presidente Sirlei declarou que não havia mais nada a tratar, encerrou a reunião, e desejou boa noite a todos os vereadores, presentes e ao público que acompanhava de casa.